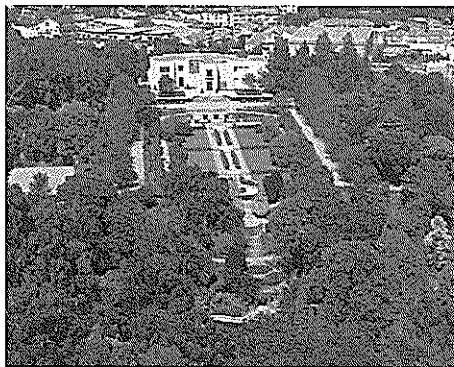


O TRIPEIRO



FUNDAÇÃO DE SERRALVES — VISTA AÉREA
(FOTO DE JOÃO MENÉRES)

S U M Á R I O

- 194 SERRALVES: OS DEZ ANOS
DE FUNDAÇÃO NO PORTO
por João Carvalho
- 197 INTEGRAÇÃO E AUTONOMIA
DO MUSEU DE SERRALVES
por J. C.
- 200 VISITA À FUNDAÇÃO DE SERRALVES
por João Carvalho
- 203 D. PEDRO IV E A VENERÁVEL IMANDADE
DA LAPA DA CIDADE DO PORTO
por Francisco Ribeiro da Silva
- 211 MULHERES MÉDICAS
UM DEBATE NA ESCOLA
MÉDICO-CIRÚRGICA DO PORTO
por Marinha Fernandes Carneiro
- 217 UMA ESCRITORA PORTUENSE
NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX
por Raul E. Sampaio Pinto de Sousa
- 220 A EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA DE 1903
NO PALÁCIO DE CRISTAL
por João Afonso Machado
- 224 O CORAÇÃO COMO SÍMBOLO NA LINGUAGEM
POPULAR, NA LITERATURA, NA ARTE
por Abel Sampaio Tavares
- 233 UM COLECCIONADOR DO PORTO ROMÂNTICO
JOÃO ALLEN
por Paula Mesquita dos Santos
- 237 HEITOR CAMPOS MONTEIRO
NASCEU HÁ CEM ANOS
por Ercílio de Azevedo
- 243 NÃO HÁ QUEM RESPEITE
O NOME DE LEONARDO COIMBRA?
por Ercílio de Azevedo
- 245 VIDA CULTURAL
- 253 ACONTECEU HÁ 50 ANOS

PROPRIEDADE: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO PORTO

SEDE: Palácio da Bolsa • R. Ferreira Borges
Telef. 3399060 • 4050 Porto

ADMINISTRAÇÃO: Eng. Vergílio Folhadela Moreira (Presidente)
Eng. Francisco de Almeida e Sousa (Administrador)
João Auy Ribas dos Santos (Administrador)

DIRECÇÃO: Dr. F. Almeida Conde (Director)
Dr. A. Canedo (Director Adjunto)

COORDENAÇÃO GERAL: Dra. Maria do Pilar Garcia
José Leão

Depósito Legal n.º 11457/86 • Registo na D.G.C.S. n.º 107643

Revista Mensal • Preço: 1.700\$00 • Assinatura Anual: 8.500\$00

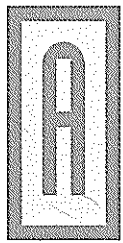
EXECUÇÃO GRÁFICA: UNIARTE GRÁFICA • PORTO

TIAGEM: 5000 EXEMPLARES

7.ª SÉRIE • ANO XVIII • NÚMERO 7-B • JULHO/AGOSTO 1999

PATROCÍNIO:  CÂMARA MUNICIPAL DO PORTO

1 - EVENTOS QUE CRIAM
 CUMPLICIDADES: O CORAÇÃO DE
 D. PEDRO IV E A IGREJA DA LAPA



histórica ligação entre D. Pedro IV e a Venerável Irmandade da Lapa procede de uma raiz afectiva de todos conhecida: na Cape-

la-Mor da Igreja da Irmandade repousa o coração do generoso Monarca e Imperador, em monumento mandado erigir a expensas da Câmara Municipal do Porto.

1.1 - Motivações

Que motivações teria D. Pedro para lhe ter ocorrido essa ideia tão invulgar, talvez única, de legar o seu coração a uma cidade, precisamente ao Porto?

Sem dúvida porque entre ele e esta cidade se desenvolveu uma fortíssima empatia durante um curto mas dramático período que foi o do Cerco.

O Rei-Soldado, pouco depois de levantado o sítio e da vitória definitiva do Liberalismo, faleceu precocemente no Palácio de Queluz, às duas horas e meia da tarde do dia 24 de Setembro de 1834. Na véspera do triste apagamento, dia 23, pelas quatro horas da manhã, sentindo-se desfalecer, dirigiu-se aos Brasileiros, manifestando-lhes a sua dedicação e aproveitando para ditar algumas últimas vontades. Entre elas, destaca-se a de deixar o seu «coração á heroica cidade do Porto, theatro da minha verdadeira gloria...».

Cumpridos os rituais fúnebres e passado o tempo conveniente, D. Maria II tratou de dar execução ao desejo do pai. Mas em que Santuário do Porto, havia de ser guardada relíquia de simbolismo tão comovente? A Rainha decidiu, o Bispo Conde Frei Francisco de S. Luís comunicou a decisão e o povo portuense regozijou com a escolha: a Igreja da Lapa era a indicada, visto que, em vida, o Duque frequentara esse Templo, ouvindo aí

D. PEDRO IV
 E A VENERÁVEL
 IRMANDADE DA LAPA
 DA CIDADE DO PORTO

a missa militar semanal. Essa circunstância, aliás, levava-o a fazer doação à Igreja da Lapa de vários paramentos e alfaias litúrgicas procedentes de Mosteiros «abandonados» da cidade do Porto, os quais constam de um inventário transcrito no 1.º Livro de Actas da Irmandade.

Assim, estando tudo pronto, no dia 4 de Fevereiro de 1835, zarpou do Tejo em direcção ao Porto o navio de guerra Jorge IV que, à guarda do que fora Ajudante de Campo de Sua Majestade Imperial, Coronel Baltazar de Almeida Pimentel, levava



MONUMENTO CONSTRUÍDO A EXPENSAS DA CÂMARA DO PORTO ONDE ESTÁ ENCERRADO O CORAÇÃO DE D. PEDRO, NA IGREJA DA LAPA

Foto de José Pedro Durão

como carga o generoso legado. Lançou âncoras na Ribeira do Porto a 7 do mesmo mês, onde o aguardavam as Autoridades Administrativas, Militares e Religiosas da Cidade bem como a Irmandade da Lapa, de cruz alçada, apoiada por uma multidão que o cálculo das testemunhas contabilizou em dez a doze mil pessoas, entre soldados, sócios de confrarias, funcionários públicos e cidadãos. Logo o Coronel Pimentel procedeu à entrega oficial do Coração do Duque à Câmara do Porto de que se lavrou auto. A chave da urna ficou em poder da mesma Câmara, o que ainda se verifica.

Em relação aos dias de hoje, a urna de prata continua a ser a mesma, mas com o tempo ocorreram duas alterações: o coração já não se encontra directamente em contacto com o metal, antes se encerrou num escrínio de vidro, porque os peritos do Porto, Professores das Faculdades de Medicina e de Farmácia, entenderam que o vidro oferecia melhores possibilidades de se fechar hermeticamente, como convinha, e assim os líquidos de protecção, actuariam de modo mais eficaz e por mais

tempo. Pelo que hoje o coração está dentro de um vaso de vidro que, por sua vez, se colocou dentro da original urna de prata. A outra alteração respeita ao caixão de mogno onde se guarda a urna de prata: o primeiro, embora ainda se guarde como uma relíquia histórica, teve que ser substituído, porque o tempo não deixou que a madeira se conservasse em boas condições até aos nossos dias.

Há ainda outra nota acerca da urna que convém referir: é que nela foram gravadas duas inscrições, sendo uma em latim, outra em português, que respondem aos porquês acima levantados.

A tradução da latina é do seguinte teor:

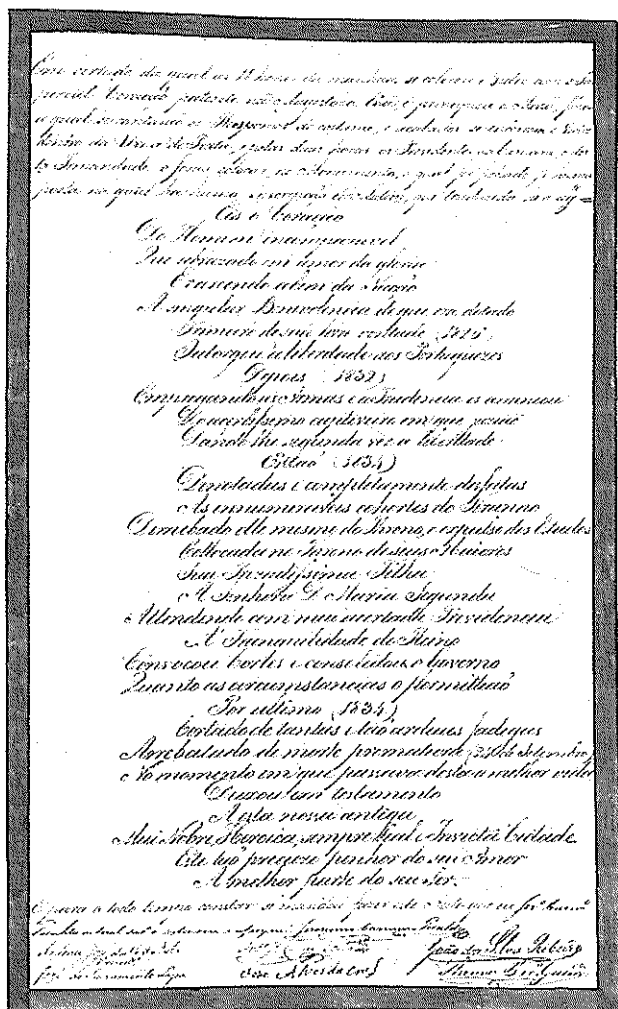
«A DEUS OPTIMO E MAXIMO

D. Pedro, Duque de Bragança, Fundador da paz, doador e vingador das liberdades públicas, havendo por impulso da Divindade, e com a sua grandeza de alma aportado às praias do Porto, e tendo aí pela força do Exército que comandava, e pela grande e quase incrível ajuda que lhe prestaram os Portuenses, vingando ao mesmo tempo, e com estas armas a Portugal, tanto do tirano que o oprimia, como de toda a sua facção, elegendo o Duque por isto mesmo, e ainda em vida aquele lugar, aonde tão magnanimamente expôs a própria vida pela Pátria para nele depois da morte descansar o seu Coração. Amélia augusta e amantíssima consorte do Duque, querendo de boa vontade, e com razão cumprir o voto de seu Esposo, encerrou reverentemente nesta Urna os despojos mortais do Coração de seu Marido».

Do outro lado, há uma outra em português que é retirada do texto da proclamação do próprio D. Pedro aos portuenses:

«Eu me felicito a mim mesmo, por me ver no Theatro da minha gloria, no meio dos meus amigos Portuenses daqueles a quem devo pelos auxílios que me prestarão durante o memorável sitio, o nome que adquiri, e que honrado dexarei em herança a meus filhos. Porto, 27 de Julho de 1834. D. Pedro, Duque de Bragança».

Conduzida processionalmente e celebrados os officios fúnebres com a pompa e solenidade desejadas pela Rainha às quais a população aderiu espontaneamente, foi a vez de a Câmara Municipal fazer a entrega formal à



TRADUÇÃO «OFICIAL» DA INSCRIÇÃO LATINA GRAVADA NO MONUMENTO FUNERÁRIO DE D. PEDRO

Irmandade da Lapa que a assumiu em peso, na totalidade dos membros da sua Mesa Administrativa.

Depois da cerimónia protocolar, foi o caixão colocado na Capela-mor do lado do Evangelho, debaixo de um magnífico e acolhedor dossel. De seguida, a Irmandade requisitou uma sentinela, que foi imediatamente concedida, para guardar o precioso legado. E assim se conservou até que a Câmara mandou edificar o monumento — que foi inaugurado pouco mais de dois anos depois, precisamente a 20 de Fevereiro de 1837.

Como pessoa de bem, a Irmandade julgou-se na obrigação de agradecer a distinção, escrevendo uma carta à viúva Dona Amélia, Duquesa de Bragança, e outra à Rainha, Dona Maria II. Mas, os agradecimentos da Irmandade tiveram outra expressão bem mais profunda e duradoura: foi o apego à defesa da Liberdade, bem simbolizada na pessoa de D. Pedro. A esta marca original a Venerável Instituição jamais renunciou durante todo o século XIX, pelo menos até onde a documentação me permitiu chegar. Citarei aqui um pequeno texto que retirei do Livro de Actas da Irmandade e que exprime de modo eloquente a devoção da Irmandade ao Rei: aí se trata D. Pedro como «o homem mais sublime, sem igual, na História do nosso Paiz, Rey Filosofo, amigo do Povo e guerreiro não vencido que sacrificou a sua vida para fundamentar a liberdade legal» (Livro 1.º, fl. 46).

1.2 - A construção do monumento funerário

Desde a primeira hora, a Câmara Municipal do Porto sentiu como sua a obrigação de construir um monumento onde o coração imperial ficasse depositado em condições de segurança e dignidade, mas também de acessibilidade para que, no futuro, os peritos pudessem examinar o estado de conservação do legado. Nesse sentido fez chegar à Secretaria da Irmandade um ofício não só a formalizar a intenção de proceder à construção do monumento, mas indicando o sítio onde desejava que ele fosse implantado e as formas projectadas. A Mesa da Irmandade convocou, em consequência, uma Assembleia onde, segundo os Estatutos, tinham assento os antigos e actuais Mesários cuja ordem de trabalhos era a análise da proposta camarária. A Assembleia efectuou-se em 7 de Maio do mesmo ano de 1835 e para ela havia sido solicitada a presença de Arquitectos da Cidade.



URNA DE PRATA DOURADA QUE CONTÉM O ESCRÍNIO DE VIDRO COM O CORAÇÃO DE D. PEDRO

Ao que parece, a Câmara pretendia construir o monumento no centro da Capela-mor da Igreja. Discutida a proposta, pareceu aos presentes que o desenho não só introduzia um elemento assimétrico na Capela-Mor como a edificação roubaria o espaço necessário para a efectivação de grandes actos de culto que anualmente ali tinham lugar. Além disso, a construção impediria a vista do sítio onde era costume colocar-se o trono, quando Sua Majestade pretendesse visitar a cidade e assistir aí a cerimónias litúrgicas. Pelo que o projecto camarário foi rejeitado por unanimidade, oferecendo-se em alternativa, com o aval do Arquitecto da Cidade e de um conhecido Mestre de Obras, o arco do Altar de Nossa Senhora da Conceição, fronteiro ao arco do Altar do Santíssimo Sacramento.

Mas a recusa da Irmandade não foi bem recebida na Câmara, abrindo-se uma crise que o bom senso das partes não permitiu que acabasse em ruptura. De facto, a resposta da Municipalidade não deixava grandes alternativas: ou se construía da forma que ela propusera ou escrever-se-ia a Sua Majestade a solicitar autorização para trasladar o coração para outra igreja, que seria a da Sé. Perante esta resposta, e sabendo que o Definitório não queria de forma alguma perder o honroso legado, o Presidente da Irmandade tentou uma via conciliatória: propôs que à reunião do Definitório assistissem como con-

vidados três Vereadores para ver se se chegava a uma solução consensual.

A reunião com os representantes camarários realizou-se efectivamente, a Irmandade expôs as suas razões, cedeu, desistindo da capela lateral mas propondo que o monumento se construísse do lado da Epístola (à direita da Capela-Mor) e não do lado do Evangelho e acrescentando, como último argumento, que a transferência para a Sé não encontraria lugar mais digno. Os representantes da Câmara ouviram, não apresentaram objecções mas não puderam fazer mais que prometer que tudo transmitiriam à Câmara.

Ainda não foi desta que os problemas ficaram resolvidos. A Câmara Municipal insistiu em manter a sua proposta inicial: ou seria construído o monumento como ela indicava ou solicitar-se-ia à Rainha a trasladação para outra Igreja — trasladação de que a Irmandade da Lapa nem queria ouvir falar. Por isso, cedeu completamente. Mas cedeu com elegância e nobreza e não sem obter algumas contrapartidas. Com elegância e nobreza porque reafirmou que:

- 1.º: contrariamente ao que podia transparecer, as relações da Câmara e da Irmandade eram cordiais;
- 2.º: seria de mau gosto causar incómodos a uma rainha em luto para solucionar um problema que tinha que ser resolvido na cidade e pela cidade.

Quanto às contrapartidas, a Câmara comprometeu-se a:

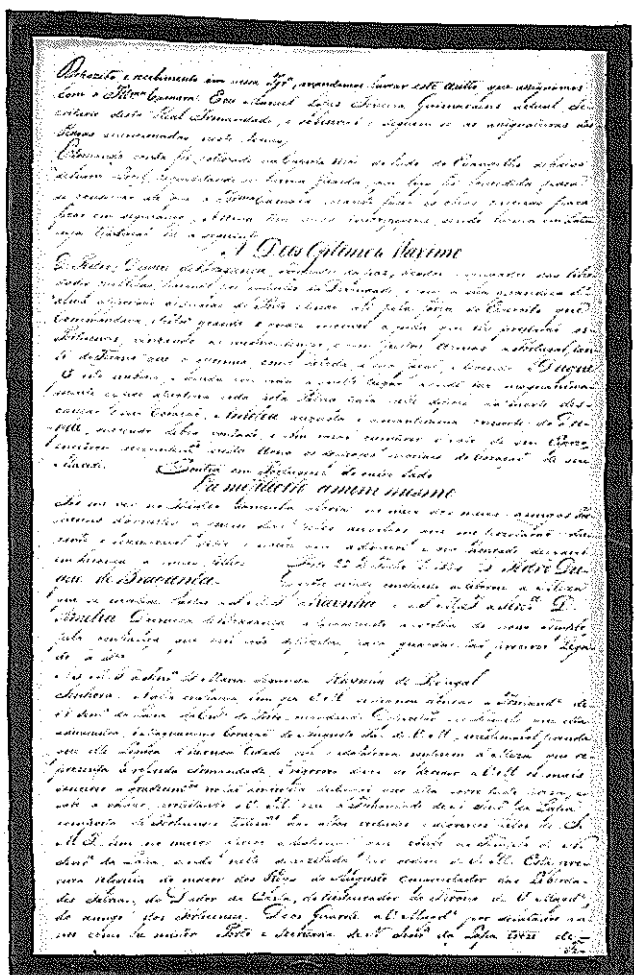
- 1.º - fazer todo o possível para, na implantação do monumento, não agredir a estética da Capela-Mor;
- 2.º - repor a Igreja no estado em que estava, se, em algum dia, fosse quando fosse, por qualquer razão, o coração do Imperador fosse retirado do seu mausoléu.

1.3 - Os exames técnicos ao estado de conservação do coração

Vasculhando na documentação conservada no Arquivo da Irmandade, do qual me socorro para a quase totalidade deste artigo, foi possível reconstituir retroactivamente o programa de exames periciais ao estado de conservação do coração de D. Pedro.

A primeira inspecção ocorreu em 7 de Março de 1835, pouco depois da sua chegada ao Porto, em obediência a uma portaria da Rainha D. Maria II. Fizeram-na Professores de Medicina e Farmácia, na presença do Prefeito da Província, do Presidente da Câmara Municipal do Porto e da Mesa da Irmandade. A peritagem achou que estava tudo em boa ordem, mas que havia vantagens em guardar o coração num vaso de vidro, como acima foi referido. Foram então tiradas as medidas e feita a encomenda. A transferência para o escrínio de vidro realizou-se em 12 de Abril do mesmo ano, na presença dos peritos e das mesmas Autoridades. Aconteceu, porém, uma surpresa: o vaso mostrou-se demasiado pequeno para conter o coração, pelo que foi utilizado apenas provisoriamente. Pelo que o encerramento definitivo teve lugar mais tarde, precisamente, em 9 de Fevereiro de 1837 (Livro 1.º, fl. 24).

E assim permaneceu até 24 de Julho de 1858. Aliás, em 9 de Junho de 1856, o Visconde de Alpendurada, Presidente da Câmara do Porto, informava a Irmandade de que pretendia mandar fazer «um exame secreto ao Coração de D. Pedro e aos líquidos em que está mergulhado», visto que depois de 1837 ninguém mais tocara no vaso. Em consequência, naquele mesmo dia, por inicia-



TRADUÇÃO DAS LEGENDAS GRAVADAS NO ESCRÍNIO DE PRATA (EXTRAÍDA DO LIVRO DAS ACTAS DA IRMANDADE)

tiva do Presidente da Câmara do Porto, foi feito novo exame pelo Director da Escola Médico-Cirúrgica da mesma cidade, Conselheiro Doutor Francisco de Assis e Sousa Vaz e pelos Professores de Anatomia Luís Pereira da Fonseca, Lente Proprietário da Cadeira e José Alves Moreira de Barros, Lente Substituto da mesma, na presença das Autoridades Militares e Municipais bem como do Presidente da Irmandade, Conselheiro e Ministro de Estado Honorário, António Roberto de Oliveira Lopes Branco e demais Mesários. E «sendo examinado pelos sobreditos Professores o estado do coração e dos líquidos encontrarão o luto que vedava a junctura da tampa que cobre o vaso de vidro rachado e amolecido em diversos pontos, e igualmente alguma diminuição no liquido conservador, effeito de evaporização; e como este se achasse turvo pela mistura de saes e liquidos em combinação, consequencia necessaria do processo empregado, foi substituido por alcool rectificado (desoito grãos de Thessa)». Mas o mais importante é que o coração se achava muito bem conservado, e sem quaesquer vestígios de alteração. De tudo foi lavrado Auto de que se fez cópia autenticada para a Real Irmandade.

Ignoramos se no decorrer do século XIX se fez novo exame às condições de conservação do coração. Mas cerca de dois anos antes da proclamação da República, (Novembro de 1908) procedeu-se à renovação dos líquidos. Passados quase 30 anos, a Mesa da Irmandade achou por bem chamar a atenção da Câmara para o tempo que havia decorrido desde a última verificação e alertar para a conveniência de novo exame (Carta de 13 de Janeiro de 1936). Como a Câmara se mostrou receptiva e o declara em carta de 12 de Fevereiro de 1936, acreditamos que assim se fez.

2 - APROFUNDA-SE A COMPLIÇIDADE ENTRE D. PEDRO E A LAPA: A HISTÓRIA DAS EXÉQUIAS SOLENES ANUAIS

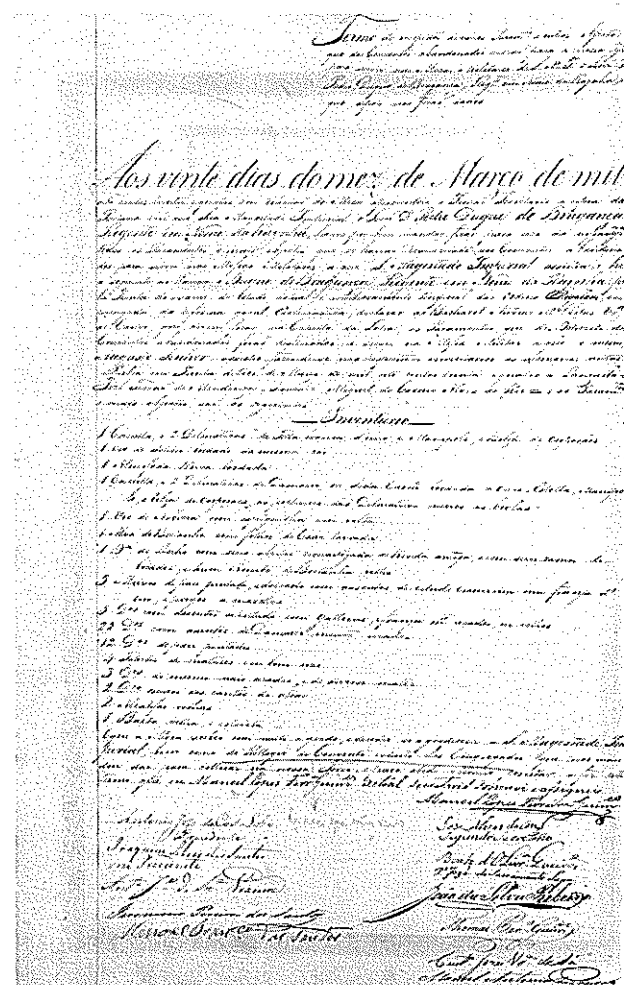
A relação entre D. Pedro e a Lapa aprofundou-se positivamente porque a Venerável Irmandade tomou a seu cargo a realização anual de pompas fúnebres que tinham lugar no dia de aniversário da morte do Imperador, ou seja, a 24 de Setembro.

2.1 - Para tal cerimónia se tornar regular e não ficar dependente de esmolas ou donativos ocasionais, pareceu à direcção da Irmandade que era indispensável

a constituição de um fundo permanente cujo rendimento fosse capaz de garantir a perenidade dos sufrágios. O quantitativo mínimo foi fixado em 4.000\$000 — 4 contos de réis. Por si mesma, a Irmandade não poderia dispor de tão elevada quantia. Pelo que engendrou um processo para atingir esse objectivo, que seria o lançamento de uma subscrição pública segundo a qual cada subscritor pagaria 480 réis anuais durante 10 anos ou 4.800 réis de uma só vez. Os subscritores de fora do Porto dariam de uma vez só a oferta que entendessem.

Mas depressa o engenho dos mesários descobriu outros caminhos mais práticos.

2.1.1 - Assim, a partir do próprio ano de 1837, foi lançada a ideia de se constituírem comissões locais para angariação de fundos. A primeira terá sido constituída em Lisboa. Formavam-na três personalidades, o Arcebispo de Lacedemónia, o Comendador Almeida e o Senhor António Joaquim de Carvalho que funcionavam respectivamente como Presidente, Secretário e Tesoureiro. Os primeiros resultados não surgiram tão rapidamente



FOTOGRAFIA DO REGISTO DA DOAÇÃO DE D. PEDRO À IGREJA DA LAPA: PARAMENTOS E ALFIAS LITÚRGICAS (LIVRO DE ACTAS DA IRMANDADE)

como se desejava. Mas em Dezembro de 1839, António da Silva Monteiro remetia uma lista de 28 subscritores que estavam disponíveis para pagar mas exigiam recibo da Comissão. Em Abril do ano seguinte, Paulo Martins de Almeida, Secretário, declarava que cada um dos membros da Comissão tinha a sua lista de subscritores e que ele, pela sua parte, havia já granjeado 300\$000 réis. Um outro militante da causa em Lisboa, o portuense João Pereira da Cruz Lima informava que fizera entrega de 55.200 réis a um tal Luís Francisco da Silva e tinha mais três recibos de 1.440 réis. Propunha-se mesmo elaborar e publicar na imprensa a lista nominal de todos os subscritores.

Mais tarde, em 9 de Dezembro de 1840, o mesmo Arcebispo de Lacedemónia, Esmoler-Mor do Reino, informava a Mesa de que angariara um total de 500\$140 réis em poder do Tesoureiro da Comissão de Lisboa. Mas não é apenas em Lisboa que se faz a colecta. Também em Guimarães as coisas corriam de feição. E Braga afinava pelo mesmo tom, embora em 4 de Julho de

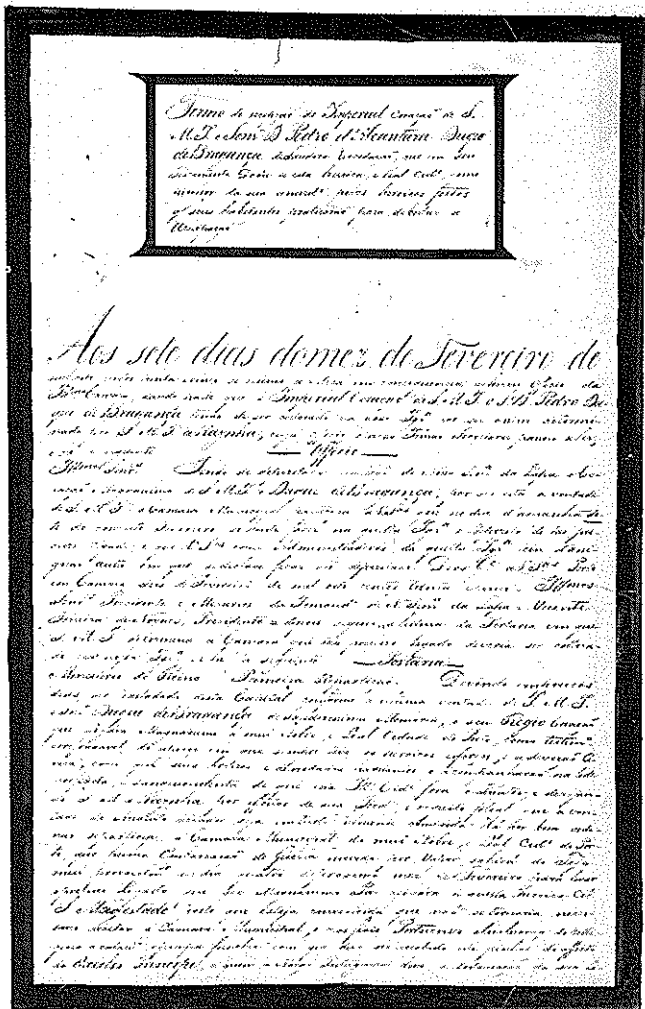
1839 o encarregado da subscrição, Domingos José de Almeida, mostrasse algum cepticismo. Declara, com efeito, que «alem de serem poucos os apaixonados ás Instituições livres, nestes poucos tenho encontrado ingratos». Contudo desenvolveu esforços para criar uma Comissão bracarense que funcionou sob a superintendência do Doutor António Vieira de Araújo, Contador da Fazenda.

2.1.2 - A subscrição das Câmaras Municipais

Outro canal aparentemente mais prometedo experimentou a imaginação dos homens da Irmandade: foi o envio de carta-circular a todas (supomos) as Câmaras municipais do país, a solicitar uma contribuição tão generosa quanto ditassem as possibilidades e a devoção ao Rei desaparecido. Julgamos que se apontava como mínimo a subscrição anual de 4.800 réis. As cartas foram datadas umas de 20 de Novembro de 1839, outras de 1 de Janeiro de 1840. Resultaram pouco mais de 60 respostas, menos de 20% dos municípios do Reino. Embora a maior parte destas respostas se mostre positiva, não deixa de ser verdade que a maioria dos Concelhos terá permanecido muda e queda. E a soma de dinheiro recolhido por este processo não parece ter chegado aos 500\$000 réis.

Quais os Concelhos que responderam? Eis a lista elaborada a partir dos documentos guardados no Arquivo da Irmandade:

Abrantes, Alcobaca, Alhos Vedros, Alijó, Alter do Chão, Alverca, Alvito, Amarante, Anadia, Ançã, Armamar, Barca, Barcelos, Boticas de Barroso, Bouças, Chacim, Cantanhede, Caminha, Cabeça de Vide, Cadaval, Canas de Senhorim, Carrazeda de Anciães, Castelo Branco, Castelo Mendo, Covilhã, Ermelo, Estarreja, Fafe, Favaios, Ferreiros de Tendais, Figueira, Freixo de Numão, Fronteira, Gondomar, Guimarães, Izeda, Jarmelo, Vila Franca de Xira, Lavos, Lisboa, Maçãs de Dona Maria, Mafra, Maia, Mangualde, Midões, Mirandela, Moura, Mourão, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Palmela, Peniche, Proença-a-Nova, Regalados, Reguengos, Sabrosa, Salvaterra do Extremo, Santa Marta, Santo André de Poiares, Santo Tirso, São João do Monte, Semide, Senhorim, Sines, Tábua, Tentúgal, Trevões, Vila do Conde, Vila Nova de Famalicão, Vila Nova de Gaia, Vila Nova da Barquinha, Vila Nova dos Reguengos, Vila Real, Vouzela.



AUTO DE ENTREGA DO CORAÇÃO DE D. PEDRO
À VENERÁVEL IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA LAPA
(LIVRO DE ACTAS DA IRMANDADE)

2.1.3. - Com a Câmara do Porto firmou-se um acordo pelo qual esta se obrigava a contribuir anualmente com a quantia de 100.000 réis. Mas as vicissitudes da política, algumas questões de protagonismo e do direito de escolha dos Músicos e do Orador e provavelmente alguns mal-entendidos levaram a que este acordo se tivesse mostrado na prática sempre muito precário. Aliás, desde a primeira hora mostrou-se difícil estabelecer uma plataforma de convergência entre as duas partes. Parece que chegou a existir em 1843 uma base aceite tacitamente por ambas cujos pontos principais eram os seguintes:

1 - O formulário do convite devia ser da responsabilidade da Câmara, mas redigido nos seguintes termos: «A Câmara Municipal de acordo com a Meza da Real Irmandade de Nossa Senhora da Lapa convida...».

2 - A Câmara contribuiria com 100.000 réis metal anuais, a satisfazer até 15 de Setembro de cada ano.

3 - A Mesa seria obrigada a cuidar da armação, dos convites aos Padres, da Música. A Irmandade pagaria estas despesas mas a Câmara renunciava a qualquer ingerência na administração do fundo.

4 - Se houvesse anos em que a cerimónia, por falta de rendimento, não se fizesse com a pompa devida, a Irmandade daria conta à Câmara do estado das finanças.

5 - Este contrato seria celebrado com as formalidades previstas na lei.

Supomos que acordo assinado e assumido por ambas as partes nunca existiu verdadeiramente. De qualquer forma, a Irmandade parece ter conseguido atingir a soma planeada, tendo o capital sido investido na compra de acções do Banco Comercial Portuense cujos dividendos garantiam a solenidade anual das exéquias.

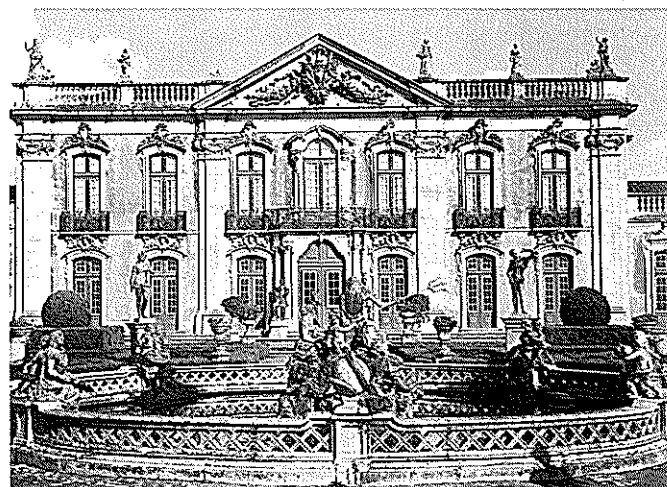
3 - AS EXÉQUIAS SOLENES

As cerimónias fúnebres foram realizadas regularmente, ano a ano com pompa e circunstância no dia 24 de cada mês de Setembro. Foram numerosos os casos de grandes oradores sagrados do Porto e de fora do Porto que disputaram a honra de serem preferidos para pronunciar a oração fúnebre. Outros foram convidados para o efeito.

Entre os primeiros, lembraremos os nomes do Prior António José Pereira Leite, Pregador Régio e o do Padre José

Vieira de Sousa Coutinho que, aliás, acabou por não comparecer em 1870 por razões de doença sem dar tempo para se arranjar substituto. Entre os segundos, destaca-se o nome do Abade Augusto César da Cunha Menezes de que se conhecem pelo menos dois sermões publicados e avulta pela curiosidade o nome de Manuel Homem da Costa Cabral, sobrinho do Conde de Tomar, convidado por carta do Presidente da Irmandade, datada de Outubro de 1863. Declara este convidado em carta remetida de Infias (19.10.1863) que «aceito e tenho como grande honra e gloria o pregar das virtudes do Dador das liberdades que gozamos, sem querer o menor stipendio pelo meu trabalho».

Merece referência especial uma carta do Padre Pereira Leite, dirigida ao Director da Irmandade em 8 de Dezembro de 1872. Pelos vistos a sua oração proferida nesse ano não agradara a muitos. Porquê? Porque as palavras que pronunciou lhe terão merecido da boca de muitos (a que ele chama intolerantes) o rótulo de «reaccionário». E isso obrigou-o a defender-se nos Jornais. Na sua carta, o Prior depois de recusar qualquer generosa oferta que a Ex.ma Mesa se propusesse fazer-lhe, declara que considera a acusação injusta porque havia feito a apologia franca e leal das instituições liberais, como era «meu dever e minha fé». E continua: «Somente não preguei a intolerância em nome da Liberdade. Demonstrei que foram os abusos odiosos do absolutismo que levaram à sua completa ruina e que só os excessos da liberdade seriam arma eficaz para a combater. Pedi em face de dois túmulos o esquecimento desse passado doloroso de 1828 a 1833, porque além de não haver já razão para essas tristes recordações junto dos dois túmulos dos chefes dos dois partidos, é no esquecimento



PALÁCIO DE QUELUZ ONDE NASCEU E MORREU
O DUQUE DE BRAGANÇA, D. PEDRO IV



RETRATO DE D. PEDRO IV DE PORTUGAL, D. PEDRO I DO BRASIL

dele que se poderão lançar as bases de uma nação forte e populosa. E os muitos partidos que há cuidam do bem estar dos adeptos e interessam-se pouco pelos verdadeiros interesses da nação. Ausente da cidade há quase 7 anos e a noventa e tantas léguas, não tive conhecimento das alterações que houve no seu espírito político. Se o soubesse, sem renegar as minhas convicções, procuraria elogiar um pouco mais, os novos ideais liberais».

Outra acusação que lhe fizeram foi a de falar poucas vezes no nome de D. Pedro 4.º. É que, declara, «depois de 39 anos [1872-39=1833] pensei que seria descabido um sermão de lágrimas a respeito do Imperador, porque me parece que não há saudades que resistam tanto tempo». Sendo assim, preferira falar das instituições que fizeram querida a sua memória.

Como quer que seja, as críticas levaram-no à decisão de não publicar o sermão.

Com mais ou menos episódios e equívocos, a celebração das Exéquias deve ter decorrido normalmente durante o século passado e parte do presente, isto é, enquanto se manteve e deu rendimento o fundo das acções do Banco Comercial do Porto. Mas depois da falência («ruinosa liquidação») deste em 1925⁽¹⁾ o entusiasmo deve ter esmorecido muito. Mas a efeméride, tal como acon-

tece nos dias de hoje, era lembrada pelo menos com uma missa de sufrágio.

Acrescente-se todavia que no dia 7 de Fevereiro de 1937 se celebraram na Igreja de Lapa solenes exéquias comemorativas do 1.º centenário da entrega do coração à cidade do Porto, tendo a Câmara Municipal contribuído com dois contos de réis.

Nesse mesmo ano (carta de 9 de Setembro de 1937) a Irmandade declarou a intenção de reavivar as antigas exéquias solenes e dirigiu-se à Câmara a solicitar ajuda, remetendo-lhe cópia do acordo celebrado entre as duas instituições em 2 de Setembro de 1844.

A Câmara respondeu que não podia fazer despesas com encargos culturais, mesmo de carácter contratual. Pelo que se limitou a exonerar a Irmandade do encargo das exéquias. (Carta de 14 de Julho de 1938).

CONCLUSÃO

A ligação da Irmandade da Lapa ao Brasil não é mediatizada apenas por D. Pedro e é anterior a estes episódios. De facto, o fundador da Irmandade, o Padre Ângelo Sequeira, nasceu e morreu em terras brasileiras. Esta circunstância é pouco conhecida dos portuenses, mesmo dos frequentadores do Templo da Lapa.

Mas da parte das Autoridades brasileiras subsiste um grande carinho pela Igreja da Lapa, sendo disso testemunho as muitas e frequentes visitas de personalidades do país irmão que deixam bem exaradas no Livro de Honra da Irmandade a sua emoção e a sua alegria pela visita ao coração do fundador da sua Pátria.

Se os sentimentos podem ser expressos simbolicamente, a Igreja da Lapa do Porto é o exemplo eloquente do amor recíproco e fecundo que se deseja como base permanente das relações entre o Brasil e Portugal.

FRANCISCO
RIBEIRO
DA SILVA

NOTA

(1) SOUSA, Fernando de, *Banco Borges & Irmão (1884-1984). Uma instituição centenária*, Porto, 1984, (cronologia).